



## **CAPITAL FINANCEIRO E AGRICULTURA: A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS EM “FLORESTAS” PLANTADAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO<sup>1</sup>**

*Mariana Lopes Da Silva<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

A pesquisa proposta tem por objetivo investigar a relação entre a financeirização da agricultura e a questão agrária, por meio do estudo da atuação das TIMOs no Brasil no período de 2000 a 2020, tomando como referência o estudo de caso da região de Três Lagoas-MS. Vivemos um período, segundo autores como Arrighi (2008) e Harvey (2004), de crise de sobreacumulação do capital, sendo assim, o capital financeiro está continuamente buscando novas formas de acumulação, incorporando novos ativos e territórios ao seu portfólio de investimento. Desse modo, além das tradicionais aplicações em instrumentos financeiros, têm crescido os investimentos do capital sobreacumulado nos chamados ativos reais, isto é, imobiliário urbano, infraestrutura e terras agrícolas. Nesse contexto de investimento em terras, a partir dos anos 2000 percebemos o surgimento e continuado incremento de grandes produtores independentes de eucalipto, as Timber Investment Management Organization (TIMOs), organizações especializadas na administração de terras voltadas para a silvicultura, que aplicam recursos captados no mercado financeiro (MARQUES, 2015). Os dados referentes a essas empresas foram levantados por meio de relatórios anuais e portfólios disponíveis em seus sites ou em sites especializados no setor florestal ou em assuntos econômicos. Também destacamos a microrregião de Três Lagoas (MS), localidade que possui empresas controladas por diversos TIMOs. Esperamos, assim, evidenciar a territorialização do capital financeiro e compreender como esses investimentos impactam a estrutura agrária brasileira.

**Palavras-chave:** capital financeiro, *land grabbing*, silvicultura, TIMO.

---

<sup>1</sup> Resultado de pesquisa de Mestrado, realizada sob orientação da Prof. Dr. Marta Inez Medeiros Marques, do departamento de Geografia FFLCH/USP, com apoio da CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na FFLCH-USP. E-mail: mari.95@hotmail.com



## ABSTRACT

This research aims to investigate the relationship between agriculture financialization and the agrarian issue, through the study of TIMOs performance in Brazil, during the period from 2000 to 2020, taking as a reference the case study of Três Lagoas-MS region. We live in a period, according to authors such as Arrighi (2008) and Harvey (2004), of a capital over-accumulation crisis, therefore, financial capital is continuously looking for new forms of accumulation, incorporating new assets and territories to its investment portfolio. Thus, in addition to traditional investments in financial instruments, investments in over-accumulated capital have grown in so-called real assets, that is, urban real estate, infrastructure and agricultural land. In this context of land investments, from the 2000s onwards, we noticed the emergence and continued increase of large independent eucalyptus producers, known as Timber Investment Management Organization (TIMOs), organizations specialized in land administration focused on silviculture, which apply resources raised in financial market (MARQUES, 2015). The data referring to these companies will be collected through annual reports and portfolios available on their websites or on websites specialized in the forestry sector or in economic matters. We also highlight Três Lagoas (MS) microregion, a location that has companies controlled by TIMOS funds. We hope, therefore, to highlight the financial capital territorialization and understand how these investments impact the Brazilian agrarian structure.

**Keywords:** *land grabbing*, TIMO, timberland, finance capital.

## INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

No mundo todo uma nova dinâmica econômica e política está se instalando no meio rural, com novos atores e também novas formas de resistência, o que abre espaço para diversos questionamentos. No período de sobreacumulação de capital, o capital financeiro está continuamente à procura de novas formas de acumulação, almejando a diversificação de seus portfólios de investimentos através da incorporação de novos ativos e territórios. Para realizar esse objetivo, além das tradicionais aplicações em instrumentos financeiros (como ações, debêntures, obrigações e títulos cambiais), o capital sobreacumulado cada vez mais aposta nos investimentos em ativos reais, ou seja, infraestruturas, imobiliário urbano e terras agrícolas. A chegada desses investimentos desencadeia uma profunda transformação territorial, que afeta vários segmentos da sociedade.

Com a liberalização financeira, surgem uma série de instituições especializadas na acumulação de capital a partir das finanças. Essas instituições, referidas por Chesnais (2005) como “investidores institucionais”, através do emprego de mecanismos financeiros, como compra de ações, letras de câmbio, debêntures, etc., passam a integrar projetos de investimento



de grupos empresariais com grande abrangência global, demonstrando a associação entre esses dois segmentos da economia<sup>3</sup>.

Os investimentos do capital sobreacumulado nos chamados ativos reais, entre eles terras agrícolas, levou à popularização do conceito de *land grabbing*- que parte da premissa que a terra cumpre diversos requisitos como padronização, potencial de lucro e liquidez (assim como um ativo) e capacidade de se apreciar ao longo dos anos, além de funcionar como um hedge contra a inflação e como forma de diversificação do portfólio de investimentos, sendo assim tratada pelo mercado financeiro como se fosse um ativo qualquer.

Nas últimas décadas, cada vez mais o setor financeiro se mostra interessado nos investimentos em “Florestas Plantadas<sup>4</sup>”. Os investimentos em árvores (principalmente o eucalipto) costumavam estar atrelados as indústrias de papel e celulose ou carvão vegetal, porém a partir dos anos 2000 (momento em que as empresas produtoras de papel e celulose estavam aumentando exponencialmente sua capacidade de produção), alguns investidores financeiros passam a entrar nessa dinâmica.

Esse tipo de investimento, além de ser considerado de baixo risco, também auxilia na diversificação no portfólio de investimentos, o que tem por finalidade minimizar riscos. O Brasil, por conta de seu grande potencial florestal, tem sido alvo desses investimentos nos últimos 20 anos a partir de fundos especializados em ativos florestais. Esses investidores financeiros geralmente se organizam por meio de TIMOs (Timberland Investment Management Organization).

As TIMOs são empresas de gestão de investimentos “florestais”, ou seja, fazem a mediação entre os investidores (na maioria das vezes fundos de pensão estrangeiros) e o mercado de madeira. O grande diferencial dessas organizações é o fato de já estarem habituadas a trabalhar não só especificamente com o setor florestal, mas também com localidades específicas (como o Brasil), facilitando a implementação de projetos “florestais” a partir de investimentos financeiros. Essas organizações participam do plantio, da compra e da venda de

---

<sup>3</sup> A aproximação entre a "finança" e a "indústria" já foi pensada há bastante tempo com teoria da "interpenetração", de Hilferding, que analisou a entrada de bancos no capital da indústria alemã no final do século XIX.

<sup>4</sup> Aqui o termo “florestas” sempre virá em aspas quando se referir as monoculturas de eucalipto. Apesar da definição da FAO sobre florestas ser “um pedaço de terra com cobertura de copa de mais de 10%, área maior de 0,5 hectares e com árvores capazes de chegar a uma altura mínima de 5 metros”, acreditamos que o termo também deve prezar por outros fatores, como biodiversidade de espécies vegetais e animais.



áreas de silvicultura e também costumam firmar contratos de longo prazo com as indústrias do setor. “Fazem, assim, a intermediação entre investidores distantes (que lucram com a especulação em bens imóveis e a produção “florestal”) e consumidores de madeira.” (MARQUES, 2015, p. 129).

Tais considerações são importantes para a compreensão da territorialização do capital arbóreo-celulósico, porquanto não se pode entendê-la de maneira adequada desconsiderando a relação existente entre a produção propriamente dita (monocultivo arbóreo e produção de celulose) e a esfera financeira, ou a financeirização do setor, materializada nas grandes corporações e empreendimentos na atual fase do processo de mundialização do capital (PERPETUA, p.169, 2016)

Nessa conjuntura, o Brasil se apresenta como um dos maiores produtores de “florestas” plantadas e possui o maior parque de produção de celulose proveniente da silvicultura do mundo, a microrregião de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. É interessante observar que o estado, em 1974, foi alvo de um projeto federal denominado “Maciço Florestal”, que incentivava a produção madeireira, principalmente nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Camapuã, Água Clara, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Selvíria, ou seja, a maioria dos que integram a microrregião de Três Lagoas, conforme a classificação do IBGE (PEREIRA, 2007).

Essa localidade apresenta empresas controladas pelos fundos Lacan, Brookfield, Copa, BTG e Florestas do Brasil (segundo dados da Comissão de Valores Mobiliários-CVM) e percebemos que os investimentos das TIMOs crescem paralelamente à instalação de fábricas de papel e celulose na região a partir dos anos 2000, como Suzano S.A. Eldorado e International Paper.

Esse trabalho surge, então, na intenção de monitorar a atuação das TIMOs na microrregião de Três Lagoas/MS, pretendendo demonstrar a correlação entre a financeirização da economia mundial e a aquisição e controle de terras pelas TIMOs no território brasileiro, além dos impactos territoriais, econômicos e sociais que essa tendência pode causar.

## **APORTE TEÓRICO**

Os investimentos do capital sobreacumulado nos chamados ativos reais, entre eles terras agrícolas, levou a popularização do conceito de *land grabbing*, que não pode ser referenciado como um processo só, uma vez que diversos autores divergem em relação ao termo (Ouma (2014) por exemplo sugere o termo “Land Rush”). Sua premissa é que a terra cumpre diversos requisitos como padronização, potencial de lucro e liquidez (assim como um ativo) e capacidade de se apreciar ao longo dos anos, além de funcionar como um hedge contra a inflação e como



forma de diversificação do portfólio de investimentos, sendo assim aglutinada pelo mercado financeiro como se fosse um ativo qualquer. Para Flexor e Leite (2017) não só a terra, mas também as commodities passam a ser vistas como uma nova e ótima opção de investimento para organizações financeiras.

No século XXI, principalmente a partir de 2007/2008, com alguns fatores como o aumento do preço dos alimentos, crise financeira global, a ascensão dos agrocombustíveis e o boom das commodities, percebemos uma reestruturação na dinâmica de compra e venda de terras. Foi nesse momento que identificamos um forte movimento de diversificação de investimentos pelo capital financeiro (mobilizado por fundos, corporações e indivíduos de alta renda), o que impulsionou a aquisição de terras em locais estratégicos como o Brasil.

Esse tipo de investimento se intensifica em um período de confluência de várias crises (ambiental, alimentar, financeira...) e, para Sauer e Leite (2012), está intimamente ligado com a manutenção da estrutura agrária brasileira, altamente concentrada. Harvey (2004), partindo de outra ótica, considera que nos momentos de sobreacumulação as crises muitas vezes são “resolvidas” por meio de processos de espoliação. Utilizando a teoria de Marx, interpretamos que a acumulação apoiada na desapropriação e na violência não corresponde a uma etapa originária do sistema capitalista, mas sim algo intrínseco ao capitalismo, e que se agrava em momentos de crise.

A “acumulação por espoliação” atualmente age transformando direitos de propriedade comum em domínios privados, atitudes potencializadas pela política neoliberal. É possível traçar um paralelo entre a territorialização do capital financeiro e o conceito de acumulação por espoliação, uma vez que “A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se dos processos de territorialização e desterritorialização.” (FERNANDES, 2012, p.111)

Diversos autores, como Clapp (2014), Gunnoe (2014) e Ouma (2014), tratam a terra como um ativo financeiro, e no caso das "florestas" plantadas, não apenas a terra se torna um ativo, mas a sua junção com o monocultivo de eucaliptos cria o que chamamos de “ativo florestal”, sendo que nesse contexto muitas vezes o monocultivo vale mais do que a própria terra onde está instalado. As TIMOs, nesse cenário, atuam como um facilitador desse processo, fazendo a ponte entre o capital financeiro e a apropriação de terras para o monocultivo de árvores.



É importante observarmos a tendência de investimentos em “florestas” plantadas, uma vez que, segundo Edelman (2016), a maioria das pesquisas envolvendo *land grabbing* não abrangem a silvicultura, ainda que, de acordo com Kroger (2014), esse setor apresente uma expansão internacional superior a 5 milhões de hectares por ano.

## **METODOLOGIA**

Os dados secundários referentes as TIMOs da região foram levantados por meio de relatórios anuais e portfólios disponíveis em seus sites ou em sites especializados no setor florestal ou em assuntos econômicos, além de sites da receita federal ([http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)), e do governo federal (<https://consultacnpj.redesim.gov.br/>).

A partir dessa metodologia foi possível descobrir outros dados bastante específicos, como o nome de dezenas de fazendas controladas pelos fundos, o tamanho da propriedade, o endereço, CNPJ, nome dos donos e ano de criação. Também conseguimos descobrir alguns investidores desses fundos procurando no google os termos “composição da carteira+nome do fundo”, “relatório de investimento+nome do fundo” ou “demonstrações financeiras+nome do fundo”, por exemplo: “composição de carteira” *lacan*, “relatório de investimento” *lacan*. Esse processo nos levou a diversos documentos de, em grande maioria, fundos de pensão que disponibilizam suas carteiras de investimento e investem nas TIMOs que estamos investigando (dados que não caberão nesse resumo). A análise dos resultados foi feita à luz do materialismo histórico dialético e os investimentos em “florestas” plantadas no território brasileiro foram trabalhados a partir de autores como Harvey, Chesnais e Marx.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

Segundo o relatório de 2019 da IBÁ<sup>5</sup>, cerca de 10% das exportações do agronegócio foram representadas pelo setor de madeira, juntando saldo de US\$10,3 bilhões na balança comercial brasileira. Dentro desse setor, a produção de celulose (66% dos produtos exportados) e papel (18% dos produtos exportados) se destacam. Em 2019, o Brasil possuía uma área de 9 milhões de hectares de árvores plantadas, sendo que os estados de destaque são Minas Gerais (com 26%), Mato Grosso do Sul (15%), São Paulo (13%) e Paraná (9%). Nessa conjuntura, o Brasil se apresenta como um dos maiores produtores de florestas plantadas e possui o maior

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf>>. Acesso em: 26/10/2021



parque de produção de celulose proveniente da silvicultura do mundo, a microrregião de Três Lagoas (MS).

Os 15 ativos florestais mais valiosos no Brasil somam R\$27 bilhões (somente florestas, sem considerar a terra) e segundo o site especializado em finanças InfoMoney<sup>6</sup>, hoje há cerca de 800 mil hectares de florestas plantadas sob o controle de gestores de ativos financeiros, principalmente na região Centro-Oeste, Sul e Sudeste, e esse valor tende a crescer, pois cada vez mais produtoras de papel e celulose estão dispostas a vender os seus ativos. No Brasil, 10% das “florestas” plantadas são financiadas por fundos, como mostram os dados do IBÁ de 2017. O retorno médio desses investimentos em fundos florestais é de cerca de 7% a 10% ao ano, e esse cenário próspero tem incentivado outras organizações a abrirem fundos nesse nicho

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), o estado do Mato Grosso do Sul possui cinco municípios entre os 10 maiores produtores de madeira: Três Lagoas (1º), Ribas do Rio Pardo (2º), Água Clara (4º), Brasilândia (5º) e Selvíria (8º). (Relatório de Análise de Mercado de Terras/ Mato Grosso do Sul/ Referência 2019/2020)

Os primeiros maciços florestais na região surgiram para o abastecimento de carvão para as siderúrgicas em Minas Gerais, porém a expansão efetiva da silvicultura nessa região se deu principalmente por conta do apoio estatal. Essa área de cerrado, em um momento anterior à explosão dos plantios florestais, foi marcada principalmente pela pastagem, dinâmica que muda com os programas do governo militar.

Desde a década de 1970 a região foi vista com potencial florestal. Durante o período da ditadura militar, o governo visava a criação de áreas de produção madeireira para o abastecimento das indústrias do sudeste, e a microrregião foi destinada para a criação de eucaliptos através dos incentivos do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que surge com a intenção de incentivar a ocupação produtiva do cerrado.

Entre as ações do governo do Mato Grosso do Sul para atrair investimentos devemos destacar Zoneamento Ecológico-Econômico do estado (ZEE/MS) (MATO GROSSO DO SUL, 2009), que garante à região de Três Lagoas sua potencialidade silvicultural e agroindustrial; e o “Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas” (PEF/MS); além

---

<sup>6</sup>Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/fundos-florestais-conheca-o-investimento-que-preve-retorno-de-ate-10-ao-ano-alem-da-inflacao-e-quem-pode-acessa-lo/>> Acesso em:17/06/2021



de “incentivos fiscais, isenções e doações, de modo a garantir fabulosos lucros ao grande capital monopolista que aí tem se instalado” (PERPETUA, p. 57, 2012).

Com a construção de duas grandiosas fábricas, restou para Três Lagoas o título de "capital mundial da celulose". Entre as consequências desses empreendimentos vemos a "dissolução de modos de vida tradicionais frente à imposição de novas formas e de um novo ritmo de vida e de trabalho ditados pela produção industrial" (PERPÉTUA, p. 36, 2012). A questão que se impõe é: como a lógica do campesinato e alógica capitalista de produção coexistem? Isso é possível? Se sabemos que o campesinato possui uma lógica própria de produção e reprodução, como concilia-lo com o modo capitalista de produção?

Essa localidade apresenta empresas controladas pelos fundos Lacan, Brookfield, Copa, BTG e Florestas do Brasil (segundo dados da Comissão de Valores Mobiliários-CVM<sup>7</sup>) e percebemos que os investimentos das TIMOs crescem paralelamente à instalação de fábricas de papel e celulose na região a partir dos anos 2000, como Suzano S.A., Eldorado e International Paper.

As “florestas” plantadas nessa microrregião tomaram áreas de antigas pastagens, por meio da aquisição e arrendamento de terras pelas empresas de celulose ou a partir das TIMOs. Ainda hoje existem assentamentos de reforma agrária próximos às plantações de eucalipto, porém, cada dia mais, esses estão sendo subordinados aos “planos de desenvolvimento” pensados pelas grandes indústrias de papel e celulose.

Uma mudança significativa que podemos perceber na cidade de Três Lagoas a partir do crescimento da silvicultura na região foi a migração de pessoas do campo para a cidade. Segundo relatos, antes as fazendas abrigavam cerca de 10 a 50 famílias. Com a chegada dos investimentos impulsionados pelo grande capital, essas fazendas se tornaram "desertos verdes" e a população rural passou a trabalhar nas fábricas de papel e celulose presentes nas cidades.

---

<sup>7</sup> Entidade vinculada ao Ministério da Fazenda com a finalidade de fiscalizar o mercado de capitais. A CVM disponibiliza o acesso a diversas informações dos fundos de investimento, incluindo os dados da carteira.



**Tabela 1:** TIMOs presentes na microrregião de Três Lagoas/MS.

<b>NOME DAS TIMOS</b>	<b>NOME DAS EMPRESAS GERENCIADAS PELA TIMO</b>	<b>CNPJ DAS EMPRESAS</b>
<i>Lacan Florestal</i>	<i>Uro Grandis</i>	15.651.998/0001-61
	<i>Arapuã Florestal</i>	24.891.645/0001-20
	<i>Tarumã Florestal</i>	26.712.206/0001-38
	<i>Bio Phyllas Florestal</i>	16.851.645/0001-78
<i>Copa Florestal</i>	<i>Mistral Agroflorestal</i>	12.353.230/0001-13
	<i>Trim Florestal</i>	23.858.610/0001-26
	<i>Caravelas Florestal</i>	15.489.351/0001-85
	<i>Corus Agroflorestal</i>	00.533.622/0001-85
	<i>Querência Florestal</i>	03.945.536/0001-78
	<i>Bandeirante Florestal</i>	26.634.826/0001-04
<i>AMATA</i>	<i>APEI Plantio de Floresta Exótica</i>	16.950.716/0001-90
<i>Brookfield Brazil Timber Fund</i>	<i>Frigg Florestal</i>	07.903.740/0001-87
	<i>Niobe Florestal</i>	09.232.415/0001-65
	<i>Cabeceira Agroindustrial</i>	15.735.568/0002-09
<i>BTG – TTG Brasil Investimentos Florestais LTDS.</i>	<i>Pradaria Agroflorestal</i>	08.859.609/0001-22

**Fonte:** Receita Federal e Governo Federal

Organização Própria

Além disso, segundo Kudlavicz (2011), a especulação se tornou tão fora de controle que as papeleiras se viram forçadas a intervir no preço das terras, de maneira a viabilizar projetos de reflorestamento. Podemos concluir que a falta de apoio governamental para o campesinato, vista pela falta de assistência nos assentamentos rurais, fazendo com que muitos camponeses não consigam se manter apenas com os trabalhos no lote, precisando recorrer aos



empregos assalariados, somado a maior especulação imobiliária das terras do Mato Grosso do Sul, fez com que diversas famílias fossem expulsas de suas terras, impossibilitando suas atividades tradicionais.

É importante ressaltar que quando estamos tratando de investimentos “florestais”, existe um repertório de discussões a respeito de questões ambientais que não podemos deixar de mencionar. Temas como manejo florestal sustentável, áreas de conservação, restauração da paisagem, certificações florestais e compensações estão cada vez mais em voga, o que ocasiona um novo tipo motivação para a apropriação da terra e da natureza, impulsionando um processo denominado de *Green Grabbing*.

O fenômeno *Green Grabbing*, segundo Fairhead et. al (2012) envolve o processo de *commoditização* da natureza, ou seja, sua apropriação através de justificativas ambientais. Porém, os autores destacam que em diversos casos tais “credenciais verdes” são solicitadas para justificar iniciativas que não se encaixam nesse modelo de economia sustentável (com justificativas que variam entre segurança alimentar e o alívio da pressão nas florestas naturais). Podemos dizer que se trata quase de um movimento (contraditório) de vender a natureza para que ela possa ser salva. Devemos considerar que esse fenômeno envolve novos mercados e se apoia em novos atores, como fundos de pensão, traders, consultores de commodities, etc., assim como o processo de *Land Grabbing*.

Esse fenômeno se sustenta, entre outras coisas, graças às propagandas “verdes” e à um discurso atrelado ao desenvolvimento sustentável. A título de exemplo, segundo Elizabeth de Carvalho<sup>8</sup>, ex-presidente executiva da IBÁ, o setor da silvicultura é um dos mais sustentáveis do mundo, mantendo áreas de preservação muito maiores do que o estabelecido pela lei. No próprio site da IBÁ está destacada a informação de que a entidade participa de reuniões propostas pela ONU a respeito de mudanças climáticas e sustentabilidade, além de ser membro-observador de grupos como United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD) e United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da influência do capital estrangeiro, o latifúndio já está consolidado há séculos. Para Frederico et al. (2019), o que presenciamos no Brasil, então, seria o resultado de uma ação

---

<sup>8</sup> Disponível em: <[https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2018/05/elizabeth-de-carvalhaes-burocracia-coloca-em-risco-investimentos-em-florestas-plantadas-no-brasil\\_cjhcab74j069x01pa5imtylwd.html](https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2018/05/elizabeth-de-carvalhaes-burocracia-coloca-em-risco-investimentos-em-florestas-plantadas-no-brasil_cjhcab74j069x01pa5imtylwd.html)>. Acesso: 21/06/2020



articulada entre: capital financeiro internacional, elite nacional e classes dominantes de cada região.

É importante lembrar que o Brasil por muitos anos dispunha de uma vantagem comparativa: o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), instituição que financiava quantias generosas com destino à expansão de áreas plantadas com eucalipto. Porém, esses financiamentos propiciados pelo BNDES foram reduzidos drasticamente no período entre 2001 e 2010. Isso pode estar vinculado ao surgimento de novas formas de financiamento, como as TIMOs e os fundos florestais (MARQUES, 2015).

Marques (2011) ressalta que essa migração de capital para o agronegócio e a consequente territorialização de grandes empresas transnacionais no território brasileiro só foi possível com o apoio Estatal e a partir de diversos acordos com governos locais. Nesses acordos, os principais atingidos são as populações mais vulneráveis do campo, que muitas vezes ocupam as terras sem documentos de propriedade. Com isso, a territorialização do capital acaba ocasionando a desterritorialização camponesa "seja pela perda de suas terras, seja pela perda do controle sobre o seu território" (MARQUES, 2011, p.10).

Podemos concluir que a falta de apoio governamental para o campesinato, vista pela falta de assistência nos assentamentos rurais, fazendo com que muitos camponeses não consigam se manter apenas com os trabalhos no lote, precisando recorrer aos empregos assalariados, somada à maior especulação imobiliária do Mato Grosso do Sul, fez com que diversas famílias fossem expulsas de suas terras, impossibilitando suas atividades tradicionais.

Assim sendo, fica evidente o papel das finanças no desenvolvimento territorial contemporâneo. A partir do caso do investimento no setor brasileiro de "florestas" plantadas pela TIMOs na microrregião de Três Lagoas foi possível perceber como que o capital se desloca pelo espaço, criando novos arranjos territoriais que impactam diretamente a vida de diversas populações. Dessa maneira, Lefebvre ainda se faz atual, uma vez que: "A luta de classes, hoje, mais do que nunca, se lê no espaço" (LEFEBVRE, 2000, p.68).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. Boitempo editorial, 2008.

CHESNAIS, François. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.



CLAPP, J. Financialization, distance and global food politics. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, p. 797-814, 2014.

EDELMAN, M. *Estudios agrarios críticos: Tierras, semillas, soberanía alimentaria y los derechos de las y los campesinos*. 2016.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? *Journal of peasant studies*, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, n. 6, p. 24-34, 2012.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, p. 20-39, 2017.

FREDERICO, Samuel; DE ALMEIDA, Marina Castro. CAPITAL FINANCEIRO, LAND GRABBING E A MULTIESCALARIDADE NA GRILAGEM DE TERRA NA REGIÃO DO MATOPIBA/Financial capital, land grabbing and multiscalarity in the squatting land in MATOPIBA region/Capital financiero, land grabbing y multiescalaridad en el grilaje de tierra en la región de MATOPIBA. *Revista Nera*, n. 47, p. 123-147, 2019.

GUNNOE, A. The political economy of institutional landownership: Neorentier society and the financialization of land. *Rural Sociology*, v. 79, n. 4, p. 478-504, 2014.

HARVEY, D. *Novo imperialismo (O)*. Edições Loyola, 2004.

KRÖGER, M. The political economy of global tree plantation expansion: a review. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 2, p. 235-261, 2014.

KRÖGER, Markus. The political economy of global tree plantation expansion: a review. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 2, p. 235-261, 2014.

KUDLAVICZ, M. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS*. 2011.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 4e. edition, 2000 [1974].

MARQUES, M. I. M. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. *GEOgraphia*, v. 17, n. 35, p. 120-147, 2015.



MARQUES, Marta Inez Medeiros. O novo significado da questão agrária. V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agraria-SINGA, 2011.

OUMA, S. Situating global finance in the land rush debate: A critical review. *Geoforum*, v. 57, p. 162-166, 2014.

PEREIRA, Altamira. Os desafios para o trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo/MS. 2007.

PERPETUA, G. M; JÚNIOR, A. T. A INDUÇÃO PLANEJADA DA INDÚSTRIA–Reflexões iniciais sobre a formação do complexo celulose-papel em Três Lagoas (MS). *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas*, p. 30-62, 2012.

PERPETUA, Guilherme Marini. Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, p. 503-524, 2012.